

Responsabilidade social e ética nas instituições de ensino superior públicas e privadas de Salvador - Ba

Francisca Ilmar de Sousa Francisco Tarciso Leite Marta Guimarães D´Afonseca
ilnars@yahoo.com 1 tleite@unifor.br 2 martaunifor@yahoo.com.br 3

1 Universidade de Fortaleza – UNIFOR – Fortaleza – Ceará – Brasil
2 Universidade de Fortaleza – UNIFOR – Fortaleza – Ceará – Brasil
3 Universidade de Fortaleza – UNIFOR – Fortaleza – Ceará – Brasil

RESUMO

Este artigo é fruto de dissertação de mestrado acadêmico em que se buscou estudar comparativamente a responsabilidade social (RS) nas instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas por entender que estas instituições têm no exercício da educação a função social por natureza. O objetivo geral desta pesquisa foi discutir a visão dos gestores acerca da RS nas IES públicas e privadas de Salvador-Ba; para tanto, optou-se pela pesquisa exploratória e qualitativa. Para cumprir com os objetivos específicos adaptou-se o modelo de Carrol (1991) que aborda as dimensões de RS coadunando-se com o conceito de Passos (2004). O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada cujas informações foram tratadas pela técnica de análise de conteúdo. O universo do estudo foi constituído com base em alguns critérios, dentre eles, o da acessibilidade dos gestores à pesquisa o que resultou numa amostra de seis IES, quatro privadas e duas públicas. Como resultado da pesquisa obteve-se que em relação aos projetos sociais as IES públicas possuem ações permanentes e mais expressivas do que as privadas; já em relação as dimensões ética e legal todas são ainda muito incipientes, pois focam apenas a dimensão pragmática da RS. Outra informação gerada é que as IES compreendem a RS na linha de dever social, porém, a maioria delas não divulga ações de RS, e ainda, produzem relatórios sociais, mas não aderiram ao balanço social (BLS).

Palavras-Chave: Responsabilidade Social. Ética. Instituições de Ensino Superior.

1. Introdução

A responsabilidade social (RS) vem sendo cada vez mais valorizada neste século como uma das alternativas para promover transformações sociais com base no fortalecimento de valores humanitários. Essa alternativa tem encontrado muitos adeptos na sociedade civil, nos governos, nas instituições públicas ou privadas e nas ONG's, tornando-se, assim, tema de debates e estudos no Brasil e, em vários países como os da América Latina por meio de instituições de alcance internacional como o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em fevereiro de 2006, em Washington, EUA, esta instituição reuniu governantes, acadêmicos e diversos integrantes da sociedade civil para discutir as *Iniciativas de Responsabilidad Social Universitária: Estratégias de Acción y Obstáculos Las universidad*.

A valorização ampliada da RS justifica-se em decorrência da crescente consciência acerca dos prejuízos acarretados por meio de comportamentos descompromissados da sociedade em geral com a ética e o bem comum, comprometendo a qualidade de vida não só da geração atual como das futuras gerações. Alguns estudiosos atribuem a responsabilidade desse contexto às

organizações produtivas que valorizam a lucratividade apenas sem olhar para as questões que afetam direta ou indiretamente o ambiente social; já outros autores discutem o tema abordando especificamente as instituições universitárias. Defendem que estas são responsáveis, no âmbito interno, pela formação ética de profissionais como os economistas, pesquisadores, administradores, advogados etc. que vão futuramente optar por caminhos que afetam direta ou indiretamente a qualidade de vida dos cidadãos comuns. No externo, são elas também responsáveis por atender as demandas sociais de forma a proporcionar soluções que tragam o bem estar coletivo. Já as comunidades são colaboradoras fundamentais, pois, constituem fontes de pesquisa para as IES que por sua vez transformam as informações e experiências em fontes de novos conhecimentos. Estes devem ser socializados com a comunidade universitária para a construção de diálogos permanentes. Nessa dinâmica se articula e integra as três funções das IES: ensino, pesquisa e extensão.

Conforme Melo Neto e Fróes (2004) a visão pós-convencional da RS tem se alinhado ao conceito de cidadania e do desenvolvimento sustentável, visto que sua amplitude engloba as dimensões social, ambiental e econômica além do foco nos ambientes internos (funcionários e dependentes) e externos (comunidade) de qualquer tipo de organização. Barbosa (2003) entende que a RS corporativa constitui o cumprimento de deveres com o propósito de garantir aos cidadãos os direitos essenciais da modernidade, como proteção ambiental, lazer, segurança, educação, saúde, transporte e cultura.

Dentre os mais variados ambientes de discussão acerca deste tema, esta pesquisa propôs-se a investigar as instituições de ensino superior (IES) por terem a função social por natureza. No entanto, conforme indica Schwartzman (2005), a condução da RS pelas IES privadas carece de investigação em profundidade, além de que, persiste a dificuldade em se definir o significado da RS numa linguagem universal, pois ainda se confunde RS com outros termos como a filantropia. Outra informação levantada por Calderón (2005), indica existir uma tendência no mercado das IES em exercer a RS optando por uma abordagem mercadológica, pois, segundo ele, as IES entendem que divulgando as ações de RS obtêm ganhos de imagem estabelecendo vantagem competitiva frente às outras instituições; isso ocorre face a crescente competitividade no setor da educação superior.

Com base nessas informações foi gerado o seguinte problema de pesquisa: qual a visão que os gestores de IES públicas e privadas possuem acerca da RS? O problema de pesquisa deu origem aos seguintes pressupostos: 1) As IES privadas compreendem a RS dentro de uma abordagem mercadológica; 1.1) As IES privadas estão comprometidas com a divulgação de suas ações de RS; 2) As IES públicas compreendem a RS na linha de dever social; 2.1) As IES públicas não estão comprometidas com a divulgação de suas ações de RS. Para nortear esta discussão assumiu-se o conceito de RS trabalhado por Passos (2004); e o modelo multidimensional de Carrol (1991), que agrega as dimensões econômica, legal, ética e pragmática. No entanto, optou-se por abordar apenas três das dimensões da RS, coadunando-se com a perspectiva de RS de Passos (2004), que exclui relação de ganhos econômicos ou vantagens para a organização quando do emprego de ações e/ ou projetos de RS.

Na intenção de responder ao problema exposto estabeleceu-se como objetivo geral discutir o perfil que os gestores das IES públicas e privadas de Salvador-Ba têm sobre RS.

A pesquisa está fundamentada no referencial teórico em torno da RS, da ética e das IES embasado pela contribuição de autores como Ashley (2005); Carrol (1991); Capra (2002);

Drucker (1986); Melo Neto e Fróes (2004); Passos (2004); Schwartzman (2005); Vásquez (2003); Srour (2005); Calderón (2005); Vallaey (2003) e Chauí (2004). Apoiado nesses e outros autores e no material coletado, pôde-se então explicar sobre os seguintes tópicos a seguir.

2. Conceitos e dimensões da responsabilidade social

No Brasil, a idéia da RS passa a ser discutida ainda nos anos 60 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE, cujos membros difundiam a crença de que uma organização além de produzir bens e prestar serviços possui também uma função social que devia ser realizada a favor de trabalhadores e do bem-estar da comunidade. A partir disso, nos anos 80, houve o crescimento do número de empresas que desenvolveram atividades sociais, porém do tipo assistencialista. Conforme Barbosa (2003), a RS ganhou maior impulso na década de 90 por meio de atuação de instituições não-governamentais, de institutos de pesquisa como o IPEA, GIFE e da ação de empresas sensibilizadas com a questão do bem-estar social. A exemplo de ONG, foi criado no final desta década o Instituto Ethos com a finalidade de não só difundir a idéia de RS mas auxiliar os empresários a gerirem seus negócios com RS em prol de uma sociedade mais justa. Isto poderia ser possível porque, incorporando esse conceito, as empresas passavam a atuar de forma ética no mercado atingindo excelência, portanto, com possibilidades de alcançarem mais produtividade em seus objetivos.

No que se refere ao conceito de RS, Ferrel *et al* (2000) o compreende como um dever cívico, uma ação que prescinde de planejamento, controle e avaliação tendo em vista promover ações transformadoras, e ainda sob o entendimento de Melo Neto e Fróes (2004) principalmente a inclusão social. Barbosa (2003) enfatiza que tais ações devam ainda ser viabilizadas com a devida integração da sociedade de modo a favorecer parcerias entre empresa-sociedade, empresa-Estado e Estado e sociedade. Ou ainda, conforme Ashley (2005, p. 7), e em síntese, a RS é “toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

De acordo com Melo Neto e Fróes (2004), a RS compreende tanto o âmbito externo como interno das organizações, ou seja, todos os grupos com que as organizações se relacionam, assim chamados de *Stakeholders* – pessoas, grupos ou instituições que têm direitos ou interesses em uma organização (CLARKSON, 1995). Um dos instrumentos de mensuração do envolvimento das organizações com seus *stakeholders* nas mais diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, esportes, dentre outros, é o denominado balanço social (BLS). Para Razzolini e Pereira (2004, p. 4) este é um “importante instrumento de gestão e informações de caráter econômico e social aos usuários dos sistemas de informações contábeis”. Atualmente pode ser encontrado em instituições de outros segmentos como o da educação superior; dentre as IES no Brasil que aderiram ao BLS está a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – RS.

Em 2002, Ashley já admitia que o conceito de RS era um termo ainda não consolidado e portanto carente de uma abordagem universal, justificando-se, nesse sentido, as diversas tentativas de conceituações. Assim, também é comum confundir o termo RS com filantropia; essa, além de ser uma ação discricionária, não é uma ação coletiva e sim individual e seus efeitos levam a estabelecer uma relação de dependência se distanciando da proposta de sustentabilidade da RS. Tal sustentabilidade, conforme o SEBRAE (2005), busca oferecer equilíbrio entre os diferentes grupos sociais dentro do mesmo país, os ecossistemas e a integração entre regiões diversas como o norte e o sul. Com esta distinção, Melo Neto e Fróes (2004) revelam que se chegou ao entendimento de que a RS incorpora o tripé do desenvolvimento sustentável: dimensão econômica, social e ambiental.

Tendo em vista os diversos enfoques como tentativa de compreender melhor a abrangência da RS, Carrol, em 1991, procurou definir RS reunindo as várias dimensões existentes por entender que estavam relacionadas, embora fossem tratadas até então, em separado. Assim, esse autor reuniu as quatro dimensões que, segundo ele, visa atender às perspectivas da sociedade. Portanto, para ele, uma organização socialmente responsável deveria ser capaz de respeitar as leis (dimensão legal), conduzir-se por valores éticos (dimensão ética), realizar ações filantrópicas (dimensão pragmática) para o bem estar coletivo e ainda demonstrar viabilidade econômica financeira da organização (dimensão econômica).

Na apresentação conceitual de Passos (2004) a mesma defende que RS são as ações ou projetos sociais desvinculados de resultados econômicos ou vantagens que representem ganhos para a organização ou ainda ações que se configurem como filantropia; assim esta autora parece ser uma das seguidoras da linha ética no que se refere à RS.

No entanto, existem autores como Friedman (1988) e Drucker (1984) que seguem a linha econômica clássica, rejeitando a idéia de que uma dada organização deva cumprir, além de sua função econômica, a função social. Para tanto, argumentam que existem instituições com este fim específico. Porém, Drucker (1984) reconhece que as IES possam se fazer socialmente responsáveis na medida em que esta função é relativa aos seus objetivos específicos, cabendo-lhe autoridade para isso. Ashley (2005) revela que dentre os acadêmicos favoráveis que defendem a RS como uma das atribuições das organizações estão Donaldson, Carrol, Frederick e Wood, estes sustentam duas linhas básicas: a ética e a instrumental. A primeira defende incondicionalmente a atuação das organizações no âmbito social, entendendo-a como um dever moral; e a segunda relaciona a atividade econômica com a social no sentido de fazer conciliar vantagens para as organizações. Segundo a autora, esta, por um lado, é muito aceita e valorizada entre acadêmicos, organizações e a mídia; por outro, recebe críticas por vincular a atividade social a ganhos econômicos fazendo com que as ações sejam calculadas e, portanto, limitadas.

Coutinho (2002) é mais cético quando defende que as organizações só praticam condutas sociais à medida que se sintam ameaçadas, seja em sua imagem ou por questões trabalhistas, por exemplo. Deste modo, para ele, as organizações não são verdadeiramente comprometidas com a RS. Barbosa (1992) explica que isto se deve ao conflito entre dois valores culturais: o da integridade e o do oportunismo – a lógica do “jeitinho brasileiro”. Diante disso, Coutinho (2002) defende que as organizações enfrentem uma mudança de paradigma cultural e de gestão seguindo-se por adoção da ética.

3. Ética: pressuposto da responsabilidade social

Conforme Chauí (2004, p. 1) a palavra ética vem de *ethos* e significa índole, caráter e a ética se refere à “educação do caráter dos indivíduos em vista da felicidade”, da vida livre e justa; a moral vem de *mores* e “refere-se ao comportamento normativo cujas normas foram definidas externamente ao indivíduo, pela sociedade”.

A ética, desde os gregos como Sócrates, Platão e Aristóteles, era discutida no sentido de que o homem deveria se colocar acima das questões econômicas, valorizando a natureza e a sua sensibilidade. Assim, a questão moral consistia na purificação do homem, propondo sua desvinculação do mundo material. Na ética cristã tentava-se recuperar a razão pela fé do homem em Deus; assim toda felicidade recaía sobre a valoração da moral de Deus. Na Modernidade, entre os séculos XVI e XIX, a igreja vai perdendo poder por conta das relações capitalistas e do

desenvolvimento científico que valorizava a razão científica. Nos séculos XVIII e XIX surge uma confiança absoluta na razão, considerada o único critério de verdade pois esta seria responsável pela realização do homem e pelo seu progresso individual e social.

O século XIX caracteriza-se como momento de crise para a filosofia e, portanto, a ética que surge é de tendência antropocêntrica. Mais tarde, a ciência abalada em suas convicções pela tecnologia levou o homem a segundo plano. Chauí (2004) assim reconhece que os homens se libertaram de seus medos quando apostaram no conhecimento da ciência como fonte de libertação de crenças, afugentando-o principalmente do medo da morte; porém, explica a autora, que esta mesma ciência e tecnologia contemporâneas quando submetida à lógica neoliberal e à ideologia pós-moderna, parece haver se tornado o contrário do que se tinha como expectativa de evolução para o homem, seu espírito humanista.

Srouf (2000) apresenta duas vertentes clássicas da ética: a ética da convicção, vertentes do princípio e da esperança (ações baseadas em códigos e regulamentos), de Kant, e a ética da responsabilidade – em que assume-se riscos de decisões pautadas em interesses próprios buscando alcançar resultados compensadores - dirigida pelas vertentes utilitarista ou da finalidade. Estas podem levar a tendência de comportamentos oportunistas por não seguir-se por padrões aceitos e pré-definidos além de desconsiderar valores culturais. Representa, conforme Srouf (2005), a ética dos homens de negócios, dos políticos etc.

Os debates gerados na sociedade acerca da RS baseiam-se na cobrança do que cabe às organizações fazerem na intenção de se conseguir delas uma atuação capaz de reverter a situação de exclusão social dos cidadãos. Para tanto, lembrando Coutinho (2002) e Barbosa (2003) quanto ao aspecto cultural, é relevante imprimir a ética no sentido de não só vencer a cultura do “jeitinho brasileiro”, mas permitir criar oportunidade para uma sociedade mais justa e solidária, visto que o agir deve estar fundamentado na reflexão sobre o outro. Pela contribuição de Chauí (2004), a ética tem a função de educar o caráter das pessoas para que se possa conviver em espaços grupais; ainda assim ela pressupõe um sujeito livre e racional, pois ele é por si só, capaz de eleger valores e respeitá-los.

Nas organizações, conforme indica Carvalho (1999), a ética pressupõe elemento de regulação dessas instituições em diferentes culturas, sendo considerada fundamental para obter qualidade nas relações humanas, além de se revelar como indicador de estágio de desenvolvimento organizacional. Navran (2000) alerta ainda para o fato de que a prescrição dos códigos deve ser suficientemente clara para que os funcionários tenham uma compreensão exata das expectativas e exigências estabelecidas.

Por volta dos anos 70, a ética passa a fazer parte do currículo nas faculdades de administração e negócios, principalmente. Esses efeitos chegaram no Brasil em 1992, com a sugestão do MEC de se implantar como disciplina da graduação nos cursos de Administração. Recentemente eventos internacionais vêm acontecendo e acentuando a discussão, não só no Brasil, mas na América Latina por conta da iniciativa do BID. Em 2003, foi realizada uma conferência no Estado de Minas Gerais em que se discutiu como se poderia trabalhar de forma eficaz enfrentando desafios éticos da região. A resposta veio em defesa de alianças estratégicas, da troca de experiências internacionais exemplares de ética aplicada, do capital social, da RS da empresa, de valores éticos como a transparência, inserindo também o próprio sistema educativo.

4. Instituições de ensino superior: responsabilidade social e ética

As IES no exercício de suas funções precípua, ensino, pesquisa e extensão, independentemente de sua organização acadêmica ou administrativa, exercem função pública credenciada ou autorizada pelo Estado. Costuma-se atribuir a função social às instituições públicas quando a própria Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases não discriminam quando da determinação de suas funções. Depreende-se, portanto, que a RS cabe tanto as IES públicas como privadas em razão de dever social como qualquer outra organização, e, mais ainda, por coadunar-se com seu papel social na sociedade fortalecido com a criação do departamento de extensão. Este foi criado em 1968, pela Lei 5.540 que declara:

[...] as universidades e os estabelecimentos de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” e através da extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento.

Destaca Capra (2002) que dentre o conjunto de organizações que precisam sofrer reformulação estão as organizações universitárias, visto que elas têm um papel fundamental na sociedade que é o de preparar profissionais que irão lidar com mudanças necessárias à adaptação e à sobrevivência da organização. Além disso, tem o dever de proporcionar ao estudante uma visão integrada para que ele possa se inserir no contexto social e tanto a instituição como o discente, futuro profissional, devem intervir provocando mudanças que venham beneficiar a sociedade ou parte dela.

A educação de forma geral, não só na formação dos discentes, deve seguir-se, conforme Sequeiros (2000), pela ética da solidariedade, dado que esta constrói, progressivamente, uma consciência nova na criança, no jovem e no adulto, levando a uma modificação de valores habituais e, por consequência das práticas sociais. No entanto, na realidade, Vallaey (2003) destaca que os valores dominantes das universidades de hoje são o individualismo, a posse, a competência e a dominação. Complementa Chauí (2004) que algumas características da visão instrumental se fazem presentes no ambiente universitário e relaciona dentre outras o: a) reforço da perda da identidade e autonomia dos professores, o que traduz-se no abandono da ética da liberdade e b) reforço da submissão à ideologia pós-moderna, de forma que sujeita as pesquisas universitárias ao mercado da moda, do que é descartável, significando abandono da ética da racionalidade consciente e da RS.

Calderón (2005) ressalta que, na década de 90 houve um crescimento rápido do número de IES no mercado o que fez com que estas instituições atuassem com ênfase mercadológica, expondo em suas mensagens publicitárias os compromissos sociais desempenhados. Com isto, Curado (2003) expunha que as IES seguiam a tendência de fortalecimento da imagem por meio da divulgação de práticas de RS; destacando ele ainda mais dois enfoques: a RS tratada como negócio ou cidadania, em que a IES extrapola as questões mercadológicas assumindo função de utilidade pública, se aproximando do entendimento de RS trabalhado por Passos (2004).

5. Percurso metodológico

Nesta etapa, buscou-se apresentar o conjunto de técnicas e procedimentos realizados para consecução da pesquisa com as respectivas fundamentações teóricas e recortes necessários para enfrentar a realidade prática. Para tanto, autores como Alves-Mazzoti (2001), Bardin (1977), Minayo (2004b) e Schwartzman (2005) foram fundamentais nestas reflexões. Na fase do estudo exploratório verificou-se sob a análise deste último autor haviam aspectos ainda não clarificados sobre o tema da RS, pois

[...] não se conhece em profundidade a participação de instituições de ensino superior privadas em atividades relacionadas à responsabilidade social, mesmo porque existe uma dificuldade em relação a definição do que seja responsabilidade social. É provável que sejam necessárias pesquisas no nível de cada IES para verificar esta participação e sua profundidade (SCHWARTZMAN, 2005, p. 50)

Diante desta realidade pensou-se em englobar na investigação também as instituições públicas realizando assim um estudo comparativo. Portanto o objeto de estudo da pesquisa constitui-se de instituições de ensino superior públicas e privadas de Salvador-Ba.

Fizeram parte da pesquisa as seguintes IES: Faculdade Montessoriano de Salvador; Faculdade de Tecnologia Empresarial; Faculdade Hélio Rocha; Faculdade Social da Bahia; Universidade Estadual da Bahia e Universidade Federal da Bahia.

Visando preservar a identidade das IES optou-se ainda por trabalhar com nomes fictícios que substituíssem as nomenclaturas originais, ficando assim definidas: Acácia, Cravo, Girassol e Papoula (IES privadas) e Orquídea e Rosa (IES públicas). O mesmo critério foi adotado, porém, somente para a localização das IES particulares, visto que as públicas são multicampi, obtendo-se as seguintes referências dos bairros relativo, respectivamente, às privadas elencadas anteriormente: Maré, Canela, Aves e Iemanjá. Considerou-se ainda os projetos sociais relativos ao período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2005.

Tendo em vista a verificação de elementos qualificadores como as impressões, experiências e conceitos coletados por meio de assertivas abertas, esta pesquisa tem caráter qualitativo. Segundo Alves-Mazzotti (2001, p. 132) os dados qualitativos pressupõem: “descrição detalhada de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados,... crenças e pensamentos”, por isso que dificilmente podem ser retratadas por meio de assertivas estruturadas.

A coleta de dados para pesquisa obedeceu a dois momentos: o primeiro, consistiu no levantamento de dados secundários por meio da seleção de documentos adquiridos nas IES, objeto deste trabalho; e o segundo, em que foi realizada as entrevistas com os gestores das IES para coleta de dados primários, gerando assim, dois procedimentos para análise dos dados: a análise de documentos e a de conteúdo. A opção por trabalhar com a análise documental teve duas razões: primeiro a de se verificar os valores éticos instituídos na comunidade universitária; para se atingir este objetivo recorreu-se tanto ao regimento interno das IES como aos contratos de convivência entre a IES e seus alunos, professores e funcionários. A segunda razão foi a de analisar as atividades práticas de RS bem como seus beneficiários e parceiros, tendo assim que recorrer ao conteúdo dos projetos sociais dispostos na forma de textos impressos.

Para tratamento dos discursos das assertivas abertas empregou-se a técnica de análise de conteúdo que trabalha com mensagens fornecidas por emissores identificáveis. Bardin (1977) a

define como um conjunto de técnicas comunicativas que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos resultados, conteúdos das mensagens, constituindo-se em três diferentes fases: 1) a pré-análise, baseada na exploração do material; 2) o tratamento dos resultados que é a enumeração das características encontradas, ou seja, esta etapa é a mais descritiva; e, 3) a interpretação dos dados que trás a significação dos mesmos. A passagem da descrição para a interpretação é auxiliada pelo processo intermediário de dedução lógica. Ou seja, esta técnica permite a busca de outras realidades, não aparentes, por meio das mensagens transcritas, sendo que as mesmas podem ser agrupadas conforme a frequência com que ocorrem e ou juntando-se ainda a essas as fontes de evidência que são encontradas na inferência.

Assim, da exploração do material foram selecionados temas que representaram os principais aspectos do estudo e estes foram baseados no modelo de Carrol (1991), apresentado anteriormente. Estas temáticas foram desmembradas em categorias teóricas (quadro 1). Conforme esclarece Minayo (2004 b, p.70), a palavra categoria está relacionada à “idéia de classe ou série sendo utilizada para agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”, à semelhança da exposição de Bardin (1977).

Temas para análise de conteúdo e suas Categorias Teóricas			
RS: Aspectos gerais	Dimensão Pragmática da RS	Dimensão Ética da RS	Dimensão Legal da RS
Conceito de RS	Práticas sociais	Relação entre Ética e RS	Relação entre lei / RS
Importância da RS	Parcerias	Código de Ética	–
Motivação	Recursos (ações ou projetos sociais)	Valores instituídos	–
Expectativas	Ações permanentes ou esporádicas	Ações pedagógicas	–
Obstáculos Resultados obtidos com a RS	–	Ética da convicção ou da responsabilidade	Orientar terceiros em relação às leis.
Divulgação da prática de RS	–	–	–

Quadro 1. Categorias teóricas para análise de conteúdo
Fonte: Pesquisa direta, 2006

Como fatores de limitações desta pesquisa tem-se: 1) o tamanho da amostra pesquisada buscou-se delimitar a mesma pelo critério de acessibilidade dos gestores das IES à pesquisa, motivo pelo qual não foi possível obter um número maior de participantes; 2) as limitações próprias das assertivas estruturadas, que reduzem a sensibilidade do entrevistador para explorar as respostas que, embora diretas, são superficiais, deixando a cargo do roteiro de entrevista liberdade para explorar as dimensões selecionadas no estudo. No entanto, ainda na aplicação desse instrumento, pode haver o risco de distanciamento cognitivo entre o discurso do entrevistado e a interpretação do entrevistador; 3) o tempo disponibilizado pelos gestores para concessão das entrevistas, visto que estas só puderam ser aplicadas em intervalos de suas atividades, reuniões, aulas e outras tarefas, sempre colocando o entrevistador em situação pouco à vontade para explorar com mais crítica e profundidade as informações coletadas.

6. Análise dos resultados

Os gestores das IES de Salvador expressam uma visão pós-convencional da RS, visto que eles afirmam atuar pelo bem-estar coletivo por meio de projetos, atividades e programas sociais implementados, afastando com isso a idéia de RS como imagem ou negócio. Embora sejam empregadas ainda ações sociais na forma assistencialista há consciência tanto dos gestores como dos coordenadores de extensão, de que estas ações não são suficientes ou ideais para desencadear

uma transformação social por desfavorecer o ganho de autonomia, bem como o crescimento da comunidade. Como importância das ações de RS para a instituição, os gestores entendem como uma maneira de contribuir para o desenvolvimento social.

[...] são ações que possam melhorar os índices da qualidade de vida da nossa sociedade, das pessoas que moram na nossa região, tudo aquilo que possa servir de melhoria de indicador da educação, saneamento, de habitação... (entrevista concedida pelo gestor da Cravo em 06/04/06).

[...] nós não nos preocupamos muito com a divulgação ... como a gente considera as ações como uma obrigação a gente faz e não divulga. Não há essa preocupação (entrevista concedida pelo pró-reitor Orquídea em 09/05/06).

Concernente à compreensão dos gestores sobre a relação entre RS e comportamento ético estes deram respostas convergentes no sentido de entender a ética como base no cumprimento do comportamento socialmente responsável, admitindo, ainda, seguir a ética da convicção. Para tanto, algumas IES privadas instituem contratos de convivência ou manuais de alunos, professores e funcionários com regras e valores da instituição.

Tanto em relação aos manuais do aluno como em relação às ações pedagógicas, as IES privadas apesar de ainda muito incipientes no trato de questões éticas no seu âmbito interno, superam as públicas pela iniciativa de disponibilizar esses manuais aos alunos, individualmente, a cada semestre, para garantir-lhes o mínimo de informação instruindo-os a uma boa convivência no ambiente universitário. Portanto, as IES públicas, diferentemente do que se esperava, não possuem esses manuais de ética dirigidos a alunos e funcionários. Na prática, verificou-se que, tanto nas IES públicas quanto nas privadas, o que se ensina em termos de ética está relacionado à ética profissional não havendo uma discussão sobre ética generalista.

[...] não tem disciplinas específicas que estejam nos currículos que discutam sobre a ética. ...As discussões estão talvez mais circunscritas aos cursos de formação profissional voltadas para saúde, advocacia, que lida mais diretamente com a vida do ser humano (entrevista concedida pelo pró-reitor da Rosa em 06/05/06).

Referente aos valores mais citados pelos gestores predominaram a ética e a solidariedade; já nos documentos analisados, obteve-se ainda: participação, cidadania, liberdade e respeito.

Observou-se ainda que as IES públicas praticam ações de RS com maior frequência e de maneira mais abrangente. Além disso, empregam programas auto-sustentáveis, como o Conexão de Saberes e o Universidade para Todos.

A IES Papoula (privada) tem realizado ações unindo os esforços da diretoria e do Núcleo de Ação Social para levantamento das necessidades dos pescadores instalados no Mercado do Peixe: Projeto Foco; além deste, existe concessão de bolsas de estudos a jovens que trabalham em uma ONG. Na Acácia (privada), além da concessão de bolsas há o projeto Alfabetização Solidária de Jovens e Adultos residentes no bairro da Maré. Na Cravo (privada), há o Programa de Inclusão Digital – PROGRID, estabelecido como um programa permanente que promove a

inclusão digital de jovens e adultos em uma comunidade carente. Como resultado, os discentes tornaram-se agentes multiplicadores na comunidade, tornando-se responsáveis pelas demandas no local. Além desse programa, há o projeto Amigo Integral que oferece atividades esporádicas, como oficinas, palestras, cursos profissionalizantes para o público jovem de baixa renda, porém com reduzido envolvimento dos alunos: são poucos alunos que participam, dentre o universo da faculdade, não chega a 1% (entrevista concedida pelo gestor da Cravo em 06/04/06).

Na Faculdade Girassol (privada) foram encontradas três ações de RS: os Projetos Capobrava, e de Formação de Educadores de Escolas Populares e o Programa de Política de Acesso das Classes Populares ao Ensino Superior. O Capobrava tem como missão levar o esporte, a dança e outras artes para 50 estudantes de escolas comunitárias, cuja idade varia de 7 a 16 anos. A finalidade deste projeto é fazê-los permanecer na escola estimulando-os com atividades que possam também resgatar sua auto-estima.

[...] essas atividades de dança, música tem um atrativo muito forte para a criança. É uma forma de a gente garantir que ele freqüente a escola, porque se ele abandonar a escola ele perde o espaço da dança... a gente está fazendo com que a comunidade cresça e a gente cresce muito com ela. (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Girassol em 07/06/06)

Na Orquídea (pública), a saber: o Conexão de Saberes, o Movimento Universitário de Alfabetização – MUDA e o Atividade Curricular em Comunidade – ACC. Cabe ressaltar que estes programas foram desenvolvidos para integrar efetivamente as três dimensões da finalidade do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão sendo dois deles, o MUDA e o ACC, de iniciativa experimental da própria universidade, que logo depois se tornaram projetos de extensão.

Com os programas de cotas do governo para pessoas carentes nas IES, a problemática que surgiu recentemente no Brasil, foi a questão da sustentação desses alunos nas universidades públicas. Partiu-se então para um estudo por meio do observatório de favelas da Universidade Federal Fluminense, para se obter o registro do índice de pessoas excluídas das universidades públicas, além de se verificar o perfil socioeconômico e da etnia a que pertenciam. A partir deste estudo e da problemática levantada, surgiu o Conexão de Saberes com a finalidade de promover não só a inclusão especificamente do discente negro e de baixo poder socioeconômico nas universidades, mas essencialmente a sua permanência. Este programa foi reconhecido pelo MEC e hoje está inserido em 31 universidades brasileiras.

[...] o principio da RS é estabelecer o vinculo do aluno com a comunidade é manter os alunos na universidade pública, ...o difícil é fazer com que eles se mantenham ... quando esses jovens conseguirem ingressar na universidade eles voltem a ser professor para o outro voltar...eles tendem a ser multiplicadores dessas ações depois que eles ingressarem na faculdade (entrevista concedida pelo coordenador de extensão da Orquídea em 18/05/06).

Já o Muda se traduz atualmente em 26 projetos de alfabetização de jovens e adultos. As pessoas envolvidas com o programa, além de criarem métodos próprios de alfabetização, têm

como meta promover um trabalho de intervenção sócio-cultural, na medida em que levam discussões para os membros da comunidade de temas variados e atuais: política, moeda etc.

Na IES Rosa (pública) mantêm-se cinco programas: o Educar para Vencer; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Programa de Qualificação Profissional; Programa Universidade para Todos e ainda o Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Assim, foi possível verificar que nas públicas prima-se por uma formação *com* RS e não *para* RS, como acontece mais nas IES privadas.

Sob a dimensão legal da RS, o discurso dos gestores, na maioria das IES, convergiu no sentido de compreender que o cumprimento de leis é uma atitude socialmente responsável. Todos foram unânimes em afirmar que seguem a ética da convicção, no entanto, relativo ao comportamento de orientar terceiros quanto ao cumprimento de normas legais, cinco delas negaram ter essa postura. Na prática, as instituições procuram quebrar contratos ou desfazer vínculos, quando estes existem.

No que se refere ao balanço social, verificou-se que não há ainda a utilização prática desse instrumento. No entanto, não se descarta considerar que são constituídos, tanto nas IES públicas quanto nas privadas, relatórios das ações sociais, para fins de gerenciamento interno e externo das atividades sociais, embora não seja trabalhado o aspecto quantitativo indispensável para configuração do balanço social como definido por autores da área.

6.1 CONCLUSÕES

Concluiu-se que os pressupostos foram em parte comprovados. No que diz respeito às IES públicas, foi confirmado ao sustentar que estas se caracterizam por uma dinâmica de ações e discurso na linha de dever social e, portanto, não estão comprometidas com a divulgação externa de suas ações de RS. Quanto às IES privadas, obteve-se a não confirmação do referido pressuposto, visto que a maioria não divulga as ações de RS com fins mercadológicos e, mais ainda, a visão de RS de seus gestores é semelhante aos gestores das IES públicas: de dever social.

Cabe ressaltar que, diante dos resultados e em conformidade com o modelo das dimensões de Carrol (1991), que, na prática, não se estabelece nas IES um compromisso de RS em todas as suas dimensões, salvo a dimensão pragmática da RS, visto que, principalmente, os valores éticos ainda são tratados de forma incipiente e portanto não tratados como base de uma formação humanitária prévia independente dos regulamentos e códigos de uma profissão. Além disso, na dimensão legal, não há atitudes de comportamentos cooperados no sentido de educar conscientizando terceiros quanto ao cumprimento de normas e leis. Sugere-se, para próximas pesquisas, investigar a respeito da evolução dos resultados dos programas de RS implantados pelas IES com o propósito de verificar os impactos gerados na qualidade de vida das comunidades, podendo ainda observar comparativamente os resultados obtidos com as expectativas da comunidade. Ou ainda, a percepção dos discentes, docentes, corpo técnico-administrativo e comunidade local sobre as ações de RS da instituição.

7. Referências bibliográficas

ALVES-MAZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa / Portugal: Edições 70: 1977

CAPRA, F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARLDERÓN, Adolfo Ignácio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. In: *Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior: responsabilidade social das instituições de ensino superior*. N. 34, Ano 23, Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, 2005.

CARROL, B. Archie. *The pyramid of corporate social responsibility*. Business Horizons. v. 34, n. 4, p.39-48 Jul/ Ago, 1991.

CARVALHO, Maria do Carmo. *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: AAPCS, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Ética e universidade*. 2004. Universidade e sociedade. Sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior. 8. ed. Brasília: Rumo, CD-ROOM: V. 1, edições 1 a 24, 2004.

CURADO, Isabela B. *Responsabilidade legal, responsabilidade social e compromisso social: uma questão de autoridade? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, XXVII, 2003, Atibaia, SP. Anais. Atibaia: 2003, CD-ROM.*

FERRELL, O. C; HARTLINE, Michael, D; LUCAS JR., George H.; LUCK, David. *Estratégia de marketing*. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO NETO, de P. F; FRÓES, César. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

RAZZOLINI, Edelvino, e PEREIRA, Collét Gaspar. *Avaliação do impacto das ações de responsabilidade social da organização, através da matriz do composto mercadológico*. Revista eletrônica administradores sem fronteira. N. 1, 2004 Disponível em:<<http://www.admsf.adm.br>> Acesso em:11.11.05.

SCHWARTZMAN, Jaques. Responsabilidade social no ensino superior. In: *Estudos: Revista da associação brasileira de mantenedores do ensino superior*. Brasília: Associação dos mantenedores de ensino superior, N. 34, ano 23, p. 47-53, 2005.

SEQUEIROS, Leandro. *Educar para a solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VALLAEYS, François. *Orientaciones para la enseñanza de la ética, el capital social y el desarrollo en las universidades latinoamericanas*. 2003. Pontificia Universidade Católica Del Peru. Disponível em: <<http://www.iadb.org/etica>> Acesso em: 28.06.06.